

PREFÁCIO

Para melhor compreender e explicar a América Latina

Joan del Alcàzar¹

Ficamos mais velhos, ainda que não demasiadamente. Refiro-me a Alberto Aggio, o autor deste livro, e quem assina estas linhas à guisa de apresentação do volume. Digo que se acumularam os anos, até alcançarem quase um quarto de século desde a primeira vez que nos encontramos em Santiago do Chile, em 1992. Desde lá até hoje não deixamos de colaborar um com o outro, de empreender aventuras acadêmicas, de nos envolver mutuamente em projetos editoriais, de nos visitarmos, de nos incluir como palestrantes em eventos dos mais distintos. E este intercâmbio intelectual, que considero fecundo, começou a se configurar como uma boa amizade, desde o início, continuando assim até nestes dias, quando recebi, como presente, o encargo de redigir algumas linhas do Prefácio para esta sua nova obra.

Porque é efetivamente um presente o que meu amigo e colega faz ao me oferecer a precedência da dezena de textos que compõem este livro. Uma dezena de textos importantes, selecionados e, em alguns casos, profundamente revistos, que compõem uma espécie de balanço dos últimos vinte anos de profi-

1 Professor de História Contemporânea na Universidade de Valencia/Espanha, ex-diretor do Centro Internacional de Gandia, atuou como professor visitante em várias universidades estrangeiras, entre elas a USP e Unesp, e é autor de vários e importantes livros de ensaios.

cuo trabalho. À exceção do último capítulo, aquele que fecha o volume, os nove restantes são conhecidos, ao menos entre especialistas. Não obstante, o acerto de reuni-los deve ser destacado, pelo menos por duas razões: porque permite ao leitor ter uma ideia cabal não apenas do que têm sido algumas das mais relevantes contribuições de Alberto Aggio ao conhecimento histórico, mas porque evidenciam a extraordinária coerência de um professor e pesquisador brasileiro que tem dedicado uma enorme dose de energia ao se posicionar como latino-americano, a viver, a estudar, a compreender e a explicar a América Latina.

A simples leitura do Sumário do volume dá ao leitor a confirmação das minhas palavras anteriores. Se nos propuséssemos a estabelecer uma lista das referências deste conjunto de artigos teríamos que chegar, necessariamente, às seguintes: história recente, América Latina, democracia, esquerda, intelectuais, marxismo, pensamento gramsciano, Chile e Brasil. No mínimo, estas seriam obrigatórias.

Compartilho com Aggio a ampla maioria destas preocupações, destas – digamos assim – preocupações de estudo. Agregaria outra coincidência, outro elemento importante que nos une, na medida em que o compartilhamos plenamente: refiro-me à valorização da História, da disciplina histórica, como ofício, como ocupação profissional. Mas não se trata de simplesmente exercer uma profissão mais ou menos interessante ou, inclusive, apaixonante. Refiro-me a que coincidimos em que tanto a disciplina, em si mesma, como a prática que dela fazemos, tem que ser útil; tem que ter retorno e rendimentos para nossa sociedade, isto é, que o nosso desempenho profissional, nosso trabalho diário, cotidiano, tem que ser socialmente aproveitado.

No que se refere a um objeto de estudo que identificamos como Chile, a cumplicidade também é notável. Já me referi ante-

riormente que o autor do livro e seu prefaciador nos encontramos em Santiago no início dos anos noventa. A capital chilena e o país em geral nos provocaram, creio que em ambos, mal-estar e tristeza diante das recordações, ainda frescas, da amarga ditadura. Viagens posteriores de quem assina estas linhas permitiram calibrar as mudanças cromáticas que o Chile e os chilenos experimentaram, nas duas últimas décadas. Além disso, na medida em que ambos sabemos, de primeira mão, o que é uma ditadura – a brasileira e a espanhola –, e que ambos sabemos o que é uma transição democrática, fomos particularmente receptivos tanto à chamada “via chilena al socialismo” – que se encerrou entre a derrota e o fracasso –, como a seus antecedentes e sucedâneos: a Revolução Cubana, que contagiou de rebeldia toda a América Latina, e as ditaduras militares que, sustentadas no argumento da *guerra suja* contra o *inimigo interno*, cobriram de dor o subcontinente.

Estes temas, com uma constância que diz da coerência e do compromisso de Alberto Aggio, emergem nas páginas seguintes. Cabe destacar, além disso, duas linhas a mais, que são centrais no trabalho de pesquisa do nosso autor: a primeira se vincula ao pensamento político de procedência marxista, de Mariátegui a Gramsci; a segunda reporta-se à preocupação a respeito do papel dos intelectuais no conhecimento e também na construção da identidade latino-americana, e, em relação a ela, centrando o foco sobre o fenômeno político que chamamos de populismo.

Valorizo muitíssimo estas formulações de Alberto Aggio, tanto em relação ao que poderíamos chamar de seguras contribuições ao conhecimento histórico como pela sua utilidade social. Creio que seria bom difundir estes trabalhos do historiador paulista entre os que se dispõem a ser, mais ou menos, profissionais da política. Tanto no Brasil como no resto da América Latina. Como nosso autor escreve, nas páginas da introdução deste volume, é cada vez mais peremptório superar as visões dogmáti-

cas sobre o continente americano. Com demasiada frequência, os responsáveis políticos, independente do nível que ocupam, expressam pautas explicativas dos problemas continentais que mantêm odores e sabores próprios dos anos da Guerra Fria.

Um destes dogmas, particularmente preocupante – no que se refere à esquerda continental –, como afirma Aggio, com o qual concordo inteiramente –, é que o modelo cubano, mais ou menos atualizado no chamado *bolivarianismo*, configura-se como uma proposta obsoleta, imprestável como alternativa política para o tempo em que vivemos.

Neste contexto, devo dizer que ignoro em que medida Alberto Aggio compartilharia comigo a ideia que sustento sobre o início de uma nova etapa na história do hemisfério americano. É que na recente Cúpula do Panamá, em abril de 2015, ocorreram coisas que muitos estão a beliscar a própria pele. Nela, Raúl Castro disse que Barak Obama é um homem honesto, que há de ajudá-lo diante do Congresso para eliminar o embargo, que ele não é como os dez presidentes anteriores dos EUA e que os cubanos estão dispostos a falar de tudo com os norte-americanos. Da sua parte, Obama afirmou que a aproximação com Cuba marca um ponto de inflexão para toda a região, que é possível uma nova ordem latino-americana e uma relação distinta e melhor entre os EUA e os países ao sul do Rio Grande.

Os Estados Unidos nunca foram um vizinho amável e colaborador em suas relações com os países do *seu* Sul. Depois da expansão para o Oeste, da anexação de boa parte do território mexicano e da guerra com a Espanha por Cuba, os EUA converteram-se na única grande potência continental. Depois da guerra de 1898, Washington se estabeleceu como o grande árbitro de toda a região. Durante a Guerra Fria, especialmente depois da vitória castrista em Cuba e a chegada dos soviéticos na ilha,

o anticomunismo norte-americano cristalizou-se nas várias fases da política contrainsurgente que desembocaram na Doutrina de Segurança Nacional, tornando-se a coluna vertebral das ditaduras militares das décadas de 1960 e 1970 na quase totalidade dos países, desde as repúblicas centro-americanas, no Norte, até a Argentina e o Chile, no Sul.

Ultimamente, nos anos mais recentes, a relação entre os Estados Unidos e a América Latina articulou-se em torno de cinco grandes eixos problemáticos – o anticomunismo, a cooperação, as drogas, a migração e o livre comércio –, que permitiram encontrar algumas regularidades, mas pela própria dinâmica política de cada uma das nações e pelo grau de especialização econômica ou pela singularidade política que algumas delas têm, é necessário prudência com as generalizações. Cada país apresenta uma problemática específica e, depois do fim da Guerra Fria, isto tem sido mais fácil de aceitar. Os EUA entenderam que o novo contexto exige que se desenvolvam relações particulares com cada um dos países do subcontinente, o que provoca descontinuidades e casos específicos que merecem um estudo diferenciado. As relações com Cuba, por exemplo, não podem ser tratadas como as da Venezuela; ou as do México como as do Brasil. Cada um deles apresenta características muito particulares que não admitem as grosseiras generalizações que foram feitas nos anos da Guerra Fria.

Num cenário histórico como o americano, o que ocorreu na Cúpula do Panamá merece, a meu ver, a etiqueta de *acontecimento histórico*: começou-se a derrubar o *Muro do Caribe* e se deu um grande passo para a melhoria da convivência continental. Quiçá o mais importante, desde sempre. Contudo, não será suficiente se não houver continuidade por parte dos distintos atores principais. Obama sabe disso e se expressou nesse sentido, procurando enfatizar o seu desejo de que o processo iniciado seja irreversível. Os atores políticos principais – os do Norte e os

do Sul do Rio Grande – também sabem, mas devemos conhecer o que estão dispostos a aportar para que o que foi dito na Cidade do Panamá seja, verdadeiramente, o início de uma nova época nas relações interamericanas.

Neste novo cenário que acabamos de descrever, as contribuições que Alberto Aggio reuniu neste livro ajudarão muito àqueles que queiram conhecer, em profundidade, o que foram as linhas mestras da história recente da América Latina. Ninguém disse que o processo que se acaba de inaugurar vai ter um desenvolvimento simples, nem que não se encontrará obstáculos complicados e difíceis de superar. No entanto, saber onde estamos e de onde viemos ajudará a facilitar o esforço daqueles que estão empenhados em superar velhos dogmas, em formular novas propostas que permitam incrementar, de forma expressiva, a qualidade da democracia latino-americana. Como escreve Aggio, a democracia é um elemento intrínseco da modernização que a América Latina necessita.

Uma democracia – insisto – de alta qualidade. Na qual sejam minimizados os abismos sociais existentes, na qual a corrupção seja prevenida com eficiência e, se não for o caso, punida com exemplaridade, e, por fim, na qual aqueles que pretendem resolver os problemas complexos com soluções simples não tenham lugar. Para isso é necessário elevar o nível da discussão política, e, com ela, os intelectuais, logicamente, sejam chamados a realizar um importante papel.

O leitor tem em suas mãos uma contribuição brilhante e profícua de um cidadão-historiador que aqui expõe uma parte dos resultados de seus trabalhos de estudo e pesquisa. Posso assegurar que são textos de uma enorme utilidade para aqueles que têm o compromisso de contribuir com o trabalho de construção de uma sociedade melhor, mais livre e mais solidária.